Peace

Estamos prontos para dialoga com os cabecilhas dos bandi

● PRESIDENTE CHISSANO NA MENSAGEM DO FIM-DO-ANO

Terminada que foi a década de 80 e, claro mais um ano — 1989 — o Presidente Joaquim Chissano na mensagem do Fim-do-Ano, dirigida à Nação, que a seguir publicamos na íntegra, afirmou com renovado optimismo que «continuamos esperançados de que os cabecilhas dos bandidos armados acabarão por se convencer de que a sua acção não os levará a lugar algum. Estamos prontos para dialogar, na base de princípios que respeitem a soberania do povo e da República Popular de Moçambique».

Presidente Joaquim Chissano fala à Nação por ocasião do Fim-do-Ano. (Foto: Jaime Macamo)

Moçambicanas;

Moçambicanos;

Compatriotas,

Estamos no fim de mais um ano, no fim de mais uma década. Dentro de pouco tempo entraremos no ano de 1990, o ano em que à República Popular de Moçambique completará 15 anos de existência como Estado livre e soberano.

Com o fim-do-ano de 1989, termina uma década que ficará marcada na história de toda a humanidade e na do nosso país, em particular, pela fertilidade de acontecimentos de relevância que albergou e que, em muitos casos, determinaram importantes modificações no curso da vida de vários povos.

Para o Povo moçambicano, o acontecimento de maior significado e importância que marcou o ano que agora termina foi a preparação e realização do V Congresso do Partido Frelimo, Partido de todo o povo, o Partido de Vanguarda do Povo moçambicano.

A preparação e realização do V Congresso constituíram momentos de profunda reflexão sobre os problemas que afligem a nossa sociedade e o nosso Povo, momentos de definição das vias para a superação das dificuldades que enfrentamos, para a construção do bem-estar e de um futuro de felicidade para as gerações vindouras.

Na preparação do Congresso participaram activamente não apenas os membros do Partido. A preparação do Congresso foi feita pelos trabalhadores, operários, camponeses, funcionários, intelectuais, estudantes, militares, milicianos, religiosos, homens e mulheres, jovens e velhos. A preparação do V Congresso ocorreu nas cidades, no campo, nas aldeias, nos distritos, nas vilas, postos administrativos, localidades, bairros, células do Partido, escolas, instituições religiosas e desportivas, quartéis, hotéis. A preparação do Congresso foi feita em todos os cantos do nosso país e também no estrangeiro, onde existem comunidades de moçambicanos patriotas.

Por isso, podemos dizer que o V Congresso não se circunscreveu apenas àqueles dias em que estivemos reunidos aqui em Maputo, na Sala do IV Con-

dos armados

gresso. O V Congresso começou no momento em que se iniciou o debate do projecto de teses e aqueles dias de reunião foram apenas o seu culminar, o momento de sintetizar e formular de forma sistematizada as decisões adoptadas. Isto significa que as decisões do Congresso não foram somente tomadas naqueles dias de reunião. Elas foram sendo tomadas por todos os moçambicanos no processo de discussão das teses.

Uma vez mais manifestámos solenemente o nosso reconhecimento a todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, e àqueles patriotas que na altura se encontravam no exterior, pela participação activa para que o V Congresso fosse um sucesso e reflectisse inteiramente as aspirações e anseios de toda a sociedade.

O nosso reconhecimento é dirigido a todos os moçambicanos patriotas, sem excepção, e em particular àqueles que, mesmo vivendo em condições extremamente difíceis e constantemente ameaçados de morte pelos bandidos armados e pelas adversidades da natureza, consentiram sacrifícios para chegar aos locais onde pudessem participar nas discussões, dando as suas contribuições em ideias e em bens materiais para que o Congresso reflectisse, de facto, o sentimento de todo o nosso povo.

Rendemos uma profunda homenagem aos moçambicanos que perderam as suas vidas assassinados pelos bandidos armados ou em acidentes quando procuravam dar a sua participação. Rendemos também homenagem àqueles que, no regresso a casa, foram assassinados pelos bandidos armados devido ao simples facto de terem exercido o seu direito de participar na definição dos destinos do seu próprio país.

Compatriotas,

Com o fim-do-ano de 1989, chegámos também ao fim do terceiro ano de execução do Programa de Reabilitação Económica, concebido para travar a queda vertiginosa em que a nossa economia se encontrava e corrigir as distorções, rumo a um desenvolvimento planificado.

Chega o momento de fazermos um balanço dos resultados alcançados com o cumprimento deste programa, conforme definimos no seu início.

O Governo deverá apresentar o balanço do que foram os resultados da realização do Programa de Reabilitação Económica.

Porém, olhando para a realidade actual e comparando-a com o período anterior ao PRE, podemos afirmar, com certeza, que os resultados são muito positivos e encorajadores. Lográmos deter o decrescimento da economia, reanimámos e mudámos o pensamento e acção dos agentes económicos e iniciámos um crescimento positivo de todos os ramos e sectores de actividade.

Para o povo, o melhor indicador da vitalidade da nossa economia é o mercado. Com efeito, o mercado moçambicano mudou de face. É notória a quantidade, variedade e qualidade dos produtos ofertados ao consumidor, situação que era difícil de se verificar nos anos anteriores ao Programa de Reabilitação Económica.

A reabilitação económica irá continuar até atingirmos os níveis que nos permitam elaborar planos de desenvolvimento de médio e longo prazos. Por isso, devemos aumentar o nosso empenho na realização do Programa de Reabilitação Económica na sua segunda fase.

Porém não nos passam despercebidos os efeitos colaterais negativos que afectam um ainda grande número dos nossos cidadãos, particularmente os da população mais vulnerável. A inevitável carestia de vida não pode ser tomada como um mal necessário que deva pesar sobre esta camada social sem que tomemos medidas para atenuar as suas consequências. Saudamos os esforços que o nosso Governo faz para vir ao encontro das preocupações dos nossos cidadãos no sentido de ajudá-los na medida do possível.

Apelamos à comunidade internacional para que continue a olhar para este problema com a máxima compreensão e desenvolva as acções necessárias para nos ajudar a alcançar resultados mais positivos na realização do Programa de Reabilitação Económica e Social com o mínimo de tormento para a população mais vulnerável.

Apelamos a maior cooperação e solidariedade dos moçambicanos que se encontrem em melhores situações.

Compatriotas,

Durante o ano que agora se aproxima do seu fim, continuámos a registar importantes vitórias no campo da luta contra os bandidos armados que actuam no nosso país, contra o povo, a soldo de interesses estranhos. As Forças Armadas de Moçambique (FPLM) prosseguiram com determinação e sucesso a sua tarefa de salvaguardar a nossa independência nacional e proteger o povo das barbaridades dos malfeitores.

Em todas as províncias do país, foram desmantelados vários acampamentos dos bandidos armados e libertados territórios e populações que estavam à mercê do inimigo. Milhares de moçambicanos que eram obrigados a viver deslocados dos seus locais de origem puderam voltar às suas terras e hoje reiniciam a vida a partir das ruínas do que foram as suas casas, hospitais, escolas, lojas e estradas que os bandidos armados destruíram.

Neste combate, foi de grande importância o papel assumido pelas próprias populações na denúncia das movimentações do inimigo, seus esconderijos e localização e mesmo no combate directo, com recurso a todos os meios ao seu alcance.

Mas o nosso combate não se cingiu às operações militares. O Povo moçambicano é obrigado a fazer a guerra não porque goste de guerra. Somos forçados a empunhar as armas porque queremos a paz, queremos o bem-estar e desenvolvimento, queremos ser donos de nós próprios e usufruir do fruto do nosso trabalho. Pegamos em armas para nos defendermos daqueles que não querem a nossa liberdade e independência, aqueles que não querem o nosso país em paz.

Durante o ano que agora finda continuámos a receber no nosso seio aqueles moçambicanos que se arrependeram de terem enveredado pelo caminho do crime e se vieram apresentar às autoridades. Continuámos a aplicar a Lei de Amnistia que, por vontade do povo, a Assembleia Popular, órgão máximo do poder do nosso Estado, deliberou que deveria ser prorrogada por mais um ano. Muitos foram os moçambicanos que se entregaram ou que libertámos das garras dos assassinos e que beneficiaram desta Lei.

Por outro lado, iniciámos em 1989 um novo processo para tentar convencer os cabecilhas dos bandidos armados a ouvirem a voz da razão e deixarem de matar os seus próprios irmãos, mulheres, filhos, pais, tios. Os princípios estabelecidos pelo nosso Governo para um eventual diálogo com os cabecilhas dos bandidos armados foram aceites por toda a comunidade internacional como sendo justos. Recorremos às entidades religiosas para procurarem trazer à razão os cabecilhas dos bandidos. Recebemos o auxílio dos Presidentes do Zimbabwe e do Quénia para contactarem os bandidos armados e levá-los a aceitar o estabelecimento de uma plataforma racional para com eles dialogarmos. Todos estes esforços ainda não surtiram o efeito desejado e esperado pelo nosso povo e por toda a comunidade internacional.

Contudo, continuamos esperançados de que os cabecilhas dos bandidos armados acabarão por se convencer de que a sua acção não os levará a lugar algum. Estamos prontos para dialogar, na base de princípios que respeitem a soberania do povo e da República Popular de Moçambique.

Compatriotas,

Na arena internacional vários acontecimentos contribuíram para que a década de Oitenta e em particular o ano que agora termina ficasse marcado de forma indelével na história da humanidade.

Na nossa região, é de destacar a vitória alcançada pela SWAPO nas eleições gerais de Novembro na Namíbia, a qual veio confirmar aquele movimento de libertação como o legítimo representante da maioria do Povo namíbio.

Com esta vitória, mais um povo da nossa região caminha para a sua liberdade e independência, mais um povo se verá livre do colonialismo e da opressão, mais um povo de África poderá dedicar-se à construção da sua felicidade e bem-estar. Estamos esperançados em que o processo até à independência da Namíbia continuará a seguir o seu curso normal, conforme o preconizado pela Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ainda na nossa região, o processo para se alcançar a paz na República Popular de Angola conheceu importantes desenvolvimentos que, esperamos venham a conduzir ao fim da guerra e à reconciliação e harmonização nacional. A retirada das tropas estrangeiras do solo angolano e os compromissos de Gbadolite fazem-nos alimentar vivamente o sentimento de que já não está longe o dia em que o Povo angolano poderá deixar de ter que desviar os seus recursos para a manutenção da guerra e aplicá-los no desenvolvimento económico, científico, social e cultural.

Na África do Sul, verificaram-se este ano progressos significativos na luta do seu povo pelo direito a um país democrático onde todos os sul-africanos tenham os mesmos direitos, deveres e oportunidades. Passos mais ousados terão que ser dados e em diversas ocasiões tivemos a oportunidade de manifestar aos dirigentes sul-africanos esse nosso sentimento e esperança.

O clima de resolução de diferendos pela via negocial que se fez sentir em todo o mundo no ano de Mil Novecentos e Oitenta e Nove deverá também determinar o processo de democratização da sociedade sul-africana.

Noutras zonas do mundo registaram-se progressos nos processos de busca de soluções para os conflitos. No Sahara, no Sudão, na Etiópia, na Somália, no Afeganistão, no Irão e no Iraque, notaram-se durante o ano que agora vai terminar algumas movimentações que poderão resultar em soluções justas para os problemas que ali se vivem, em benefício dos respectivos povos.

A proclamação do Estado da Palestina constituiu outro acontecimento de realce na arena internacional. O nosso Governo teve já a ocasião de manifestar o seu reconhecimento do novo Estado e a solidariedade do Povo moçambicano para com a luta do Povo palestino.

Moçambicanas;

Moçambicanos;

Compatriotas;

As nossas crianças, os nossos filhos, os nossos irmãos, os nossos pais, os nossos tios e todo o nosso povo, do Rovuma ao Maputo, continuam a ser vítimas das acções brutais dos bandidos armados. O nosso povo quer a paz, mas uma paz que não signifique a divisão do poder, a destruição da nossa independência, duramente conquistada, a destruição do Partido Frelimo, Partido de todo o Povo moçambicano, a alteração da Constituição, nossa Lei Fundamental, sem o seu consentimento.

Por isso, durante o ano de Mil Novecentos e Noventa continuaremos a desenvolver esforços para o estabelecimento da paz no nosso país e para a normalização da vida de todos os moçambicanos, incluindo aqueles que estão envolvidos no banditismo armado.

As iniciativas de paz que desenvolvemos no ano

que agora finda continuarão a prender as nossas atenções no ano que se avizinha.

Continuaremos a envidar esforços para que os cabecilhas dos bandidos armados oiçam a voz da razão, aceitem os princípios que o Partido Frelimo e o Governo moçambicano traçaram para que pacificamente se ponha fim à guerra de destruição contra o nosso país, à guerra assassina dirigida contra o nosso povo.

A par com o processo pacífico para se pôr fim à guerra, intensificaremos as acções no campo da batalha para defender o nosso povo.

A guerra que nos é movida a partir do exterior é uma guerra dirigida contra o nosso povo. Por isso, continuaremos a mobilizar e a organizar cada moçambicano para a autodefesa.

A divulgação e implementação das decisões do V Congresso do Partido Frelimo deverá merecer a nossa primeira prioridade no decurso do ano que se aproxima. Todo o Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, deverá materializar aquilo que foram as suas contribuições agora sintetizadas nas decisões do V Congresso para a solução dos problemas do país.

O ano que está prestes a começar marca o início do quinquénio da aplicação das decisões do V Congresso do Partido Frelimo.

As decisões do V Congresso representam as mais nobres aspirações e anseios do nosso povo. Por isso, devemos fazer do nosso quotidiano, momento de seu estudo, divulgação e aplicação.

Na base das decisões do V Congresso concluiremos em Mil Novecentos e Noventa a revisão da Constituição da República Popular de Moçambique.

A Constituição é a nossa Lei fundamental, que define o que é o nosso Estado, estabelece as principais normas que regem toda a vida nacional. É esta Lei donde emanam todas as outras que se relacionam com os aspectos concretos da vida da nossa sociedade, da sua organização, e do exercício de democracia. É uma Lei que estabelece os direitos inalienáveis do cidadão e os seus deveres. Por isso, ela é uma lei que deve ser, sem equívocos, a expressão da vontade do nosso Povo. Desta maneira ela permitirá materializar o princípio de que na República Popular de Moçambique a soberania reside no Povo.

Assim, todos nós os moçambicanos, devemos participar na discussão.

Teremos ocasião de comunicar em breve o conteúdo do projecto de base para o debate que tomará em consideração a experiência que todos vivemos nestes escassos anos da nossa Independência, particularmente no que se refere ao exercício da democracia, ao processo da construção da Nação, da consolidação da Unidade Nacional, e do desenvolvimento económico, social e cultural.

É direito e dever de cada moçambicano participar na sua discussão e elaboração. Todos os moçambicanos patriotas, do Rovuma ao Maputo, dentro ou fora do país, deverão envidar esforços para nelas se integrar.

No próximo ano iniciaremos o processo de preparação das eleições gerais que terão lugar em Mil Novecentos e Noventa e Um. Para nortear este processo será posta à discussão uma lei eleitoral.

É direito e dever de cada cidadão participar no seu debate pois será na base dela que se processarão as eleições. Por isso, exortamos desde já todo o Povo moçambicano a enquadrar-se em todo o processo eleitoral desde o seu início.

Compatriotas;

No limiar do ano de Mil Novecentos e Noventa queremos endereçar as nossas saudações às gloriosas Forças Armadas de Moçambique (FPLM), pela coragem e abnegação no combate ao banditismo armado, e às restantes Forças de Defesa e Segurança, pelo seu empenho na manutenção de um clima de segurança e tranquilidade, que constituem exigências da nossa sociedade. Maior dedicação deverão dispensar aos ideais da paz e tranquilidade durante o ano que se aproxima.

O nosso carinho e amor vão para todos aqueles que sofrem das atrocidades cometidas pelos bandidos armados e manifestamos a nossa solidariedade para com as famílias que perderam os seus entes mais queridos vítimas do terrorismo e das calamidades naturais.

Saudamos os operários, os camponeses, os trabalhadores, os intelectuais, os funcionários, os técnicos, os empregados, os empresários e gestores pelo esforço e dedicação na realização das tarefas de reconstrução da Pátria e exortamo-los a aumentar cada vez mais a sua contribuição na materialização das políticas de desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país.

As nossas saudações vão também para as mulheres, jovens, estudantes e continuadores da nossa Revolução, pela contribuição que dão ao seu país através das suas acções e engajamento nas tarefas da reconstrução nacional.

Aos cooperantes, técnicos estrangeiros e internacionalistas que, lado a lado com os moçambicanos, dão o seu saber, suor e sangue na criação da riqueza que se transformará no bem-estar social do nosso povo, endereçamos as mais calorosas saudações e encorajamo-los a aumentar a sua contribuição no apoio que prestam ao nosso país.

Moçambicanas;

Moçambicanos;

Compatriotas;

A cada família moçambicana desejo muita saúde, paz, amor e tranquilidade. Que o ano de Mil Novecentos e Noventa traga a felicidade que todo o Povo moçambicano tanto anseia.

Ao terminar desejo a todos os moçambicanos e estrangeiros residentes no nosso país Boas-Festas e um Feliz Ano Novo de Paz e Prosperidades.

Pela Independência e Unidade Nacional,

Pela Paz e Desenvolvimento,

A Luta Continua

e Venceremos!